



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
PRÓ-REITORIA DE ENSINO TÉCNICO, MÉDIO E EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO: PRÁTICAS
PEDAGÓGICAS INTERDISCIPLINARES**

JOSICLEIDE MARIA DA SILVA OLIVEIRA

**O VALOR ATRIBUÍDO À VARIAÇÃO LINGUÍSTICA: UM OLHAR SOBRE O
ENSINO FUNDAMENTAL DA REDE ESTADUAL NA CIDADE DE SOUSA – PB**

SOUSA – PB
2014

JOSICLEIDE MARIA DA SILVA OLIVEIRA

**O VALOR ATRIBUÍDO À VARIAÇÃO LINGUÍSTICA: UM OLHAR SOBRE O
ENSINO FUNDAMENTAL DA REDE ESTADUAL NA CIDADE DE SOUSA – PB**

Monografia apresentada ao Curso de Especialização Fundamentos da Educação: Práticas Pedagógicas Interdisciplinares da Universidade Estadual da Paraíba, em convênio com Escola de Serviço Público do Estado da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de especialista.

Orientadora: Prof^a Ms. Maria Fernandes de Andrade Praxedes

SOUSA – PB
2014

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

O48v Oliveira, Josicleide Maria da Silva.

O valor atribuído à variação linguística [manuscrito]: um olhar sobre o ensino fundamental da rede estadual na cidade de Sousa-PB / Josicleide Maria da Silva Oliveira. – 2014.

44 p.

Digitado.

Monografia (Especialização em Fundamentos da Educação: Práticas Pedagógicas Interdisciplinares) – Universidade Estadual da Paraíba, Pró-Reitoria de Ensino Médio, Técnico e Educação a Distância, 2014.

“Orientação: Maria Fernandes de Andrade Praxedes, Departamento de Educação”.

1. Língua Padrão. 2. Variação Linguística. 3. Ensino. I. Título.

21. ed. CDD 306.44

JOSICLEIDE MARIA DA SILVA OLIVEIRA

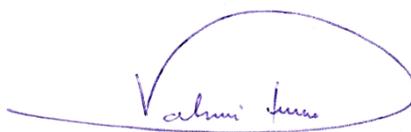
**O VALOR ATRIBUÍDO À VARIAÇÃO LINGUÍSTICA: UM OLHAR SOBRE O
ENSINO FUNDAMENTAL DA REDE ESTADUAL NA CIDADE DE SOUSA – PB**

Monografia apresentada ao Curso de Especialização Fundamentos da Educação: Práticas Pedagógicas Interdisciplinares da Universidade Estadual da Paraíba, em convênio com Escola de Serviço Público do Estado da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de especialista.

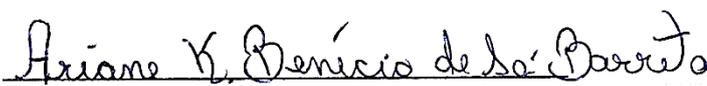
Aprovada em 17/05/2014.



Prof^a Ms. Maria Fernandes de Andrade Praxedes / UEPB
Orientadora



Prof Dr. Valmir Pereira / UEPB
Examinador



Prof^a Ms. Ariane Kercia Benício de Sá Barreto / UEPB
Examinadora

DEDICATÓRIA

Aos meus pais, Francisco e Neusa, pela dedicação e incentivo, ao meu esposo, Lailton, pela compreensão e apoio, e à minha querida filha, Júlia, pelo imenso carinho, DEDICO.

AGRADECIMENTOS

A Deus por tudo que tem realizado em minha vida;

À Universidade Estadual da Paraíba pela realização do Curso de Especialização Fundamentos da Educação: Práticas Pedagógicas Interdisciplinares;

À Secretaria de Educação do Estado pela oportunidade oferecida;

À coordenadora do curso de especialização, Ana Alice Rodrigues Sobreira, por seu empenho e dedicação;

À professora Ms. Maria Fernandes de Andrade Praxedes pela orientação, pela cordialidade e pela grande dedicação;

Aos professores do referido Curso de Especialização, que muito contribuíram através das disciplinas ministradas e dos debates realizados, para o desenvolvimento desta pesquisa;

Aos colegas de classe pelo companheirismo e pela sincera amizade;

Ao meu pai Francisco e à minha mãe Neusa, pela dedicação e pela motivação em todos os momentos da minha caminhada;

Ao meu esposo Lailton e à minha querida filha Júlia, por estarem sempre ao meu lado, participando de todas as minhas conquistas;

A todos que colaboraram direta e indiretamente com esta pesquisa.

Ensinar é um exercício de imortalidade. De alguma forma continuamos a viver naqueles cujos olhos aprenderam a ver o mundo pela magia da nossa palavra. O professor, assim, não morre jamais.

Rubem Alves

RESUMO

O ensino de Língua Portuguesa tem priorizado por muito tempo a variedade estabelecida como padrão, provocando muitas vezes a marginalização das demais variedades. Diante disso, o presente trabalho de investigação tem como objetivo refletir sobre o valor e o tratamento dado por professores de Língua Portuguesa ao trabalho com a variação linguística no contexto de sala de aula, no que se refere ao segundo segmento do Ensino Fundamental, levando em consideração o posicionamento dos professores que atuam em três escolas localizadas na cidade de Sousa (PB), a saber: a Escola Estadual de Ensino Fundamental André Gadelha, a Escola Estadual de Ensino Fundamental Antônio Teodoro Neto e a Escola Estadual de Ensino Fundamental Batista Leite. Neste estudo, além de analisar como o referido ensino se configura na atualidade, busca-se destacar a importância de se considerar a diversidade e a diferença como formas de favorecer a oferta de um ensino democrático e igualitário, que valorize o conhecimento prévio apresentado pelo aluno, e que vise o desenvolvimento da competência comunicativa do mesmo. O estudo foi conduzido através da apropriação de reflexões teóricas e leituras de autores que abordam a temática com propriedade, a exemplo de Marcos Bagno, Bortoni-Ricardo e Magda Soares, seguido de pesquisa realizada através de questionário. Após as análises e reflexões com base nos dados obtidos, verificou-se que os professores concordam com a relevância de se trabalhar com a variação da língua, embora tenha sido possível observar ainda alguns resquícios próprios do ensino tradicional.

PALAVRAS-CHAVE: Língua Padrão. Variação Linguística. Ensino.

ABSTRACT

The teaching of Portuguese has prioritized long established as the standard variety, often resulting in the marginalization of other varieties. Therefore, the present research work aims to reflect on the value and treatment given by teachers of Portuguese Language to work with linguistic variation in the context of the classroom, with regard to the second upper elementary school, taking into account the positioning of teachers working in three schools located in the city of Sousa (PB), namely: the State Elementary School André Gadelha, State Elementary School Antonio Teodoro Neto and State Elementary School Batista Leite. In this study , and analyze how this teaching is configured today, seeks to highlight the importance of considering diversity and difference as a way to promote the availability of a democratic and egalitarian education that values submitted by the student prior knowledge , and to promote the development of communicative competence thereof. The study was conducted through the appropriation of theoretical reflections and readings from authors who address the topic properly, the example of Marcos Bagno, Bortoni - Ricardo and Magda Soares, followed by research conducted through a questionnaire. After the analyzes and reflections based on the data obtained, it was found that teachers agree with the importance of working with the variation of the language, although it has been still possible to observe some proper remnants of traditional teaching.

KEYWORDS: Language Standard. Linguistic Variation. Education.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
1. O SUJEITO E A ARTICULAÇÃO COM AS DIVERSAS LINGUAGENS E FORMAS DE INTERAÇÃO	12
1.1 Da cultura oral à cultura escrita	12
1.2 As consequências do preconceito linguístico para o desenvolvimento do aluno	15
1.3 O papel assumido pela variedade padrão no ensino de língua materna	19
2. VARIAÇÃO LINGUÍSTICA E ENSINO DE LÍNGUA MATERNA: O QUE PENSAM E O QUE FAZEM OS PROFESSORES DE LÍNGUA PORTUGUESA	23
2.1 Contextos e sujeitos da pesquisa	23
2.2 As vozes dos sujeitos	24
3. A VARIAÇÃO LINGUÍSTICA NO LIVRO DIDÁTICO	34
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	38
5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	40
APÊNDICE	42

INTRODUÇÃO

Ao longo da história, o ensino de Língua Portuguesa tem prestigiado a variedade estabelecida como padrão da língua, provocando quase sempre a marginalização das demais variedades, e favorecendo a disseminação do preconceito linguístico, tão marcante ainda nos dias atuais, e que conseqüentemente interfere no desenvolvimento do educando no que se refere ao estudo e à utilização da sua língua, pois como defende Magda Soares (1994, p. 15) “a escola, como instituição a serviço da sociedade capitalista, assume e valoriza a cultura das classes dominantes; assim, o aluno proveniente das classes dominadas nela encontra padrões culturais que não são os seus”, logo, os padrões culturais valorizados pela escola são considerados corretos, em detrimento dos padrões apresentados pelos alunos.

A escola tem a responsabilidade de oferecer as condições necessárias para que o aluno se aproprie dos saberes linguísticos, contribuindo para a sua formação crítica e cidadã. Para tanto, é necessário que o ensino de Língua Portuguesa considere a importância de se trabalhar com a variação linguística, uma vez que a língua caracteriza-se como um sistema dinâmico, susceptível a sofrer mudanças devido à influência de fatores como a região geográfica, a classe social a que pertence o falante, o momento histórico, o sexo, a idade, o contexto de uso da língua, entre outros.

Dessa forma, diante da necessidade de se repensar o ensino de língua, para que considere o modo de falar apresentado pelo aluno, atribuindo-lhe a importância devida, uma vez que todas as formas variantes são igualmente ricas e expressivas, desde que atendam às necessidades comunicativas dos seus usuários; e procurando também despertar os educandos para a relevância de se conhecer as diferentes variedades linguísticas e de utilizá-las de acordo com o contexto de uso da língua, este trabalho pretende realizar uma reflexão acerca do valor e do tratamento dado, por parte dos professores de Língua Portuguesa, à variação linguística no contexto de sala de aula na segunda fase do Ensino Fundamental, bem como observar como os sujeitos se articulam com as diversas linguagens e formas de interação; refletir sobre a relação existente entre a variação linguística e o ensino de Língua Portuguesa; identificar as causas que levam o ensino de língua

materna a privilegiar a norma padrão; e destacar as consequências do preconceito linguístico para o desenvolvimento do aluno.

Vale destacar que a denominação *ensino de língua materna* está sendo utilizada neste trabalho para se referir ao *ensino de Língua Portuguesa* oferecido pela escola, uma vez que todo falante é usuário competente de sua língua “mãe”, mesmo sem ter sido submetido a nenhum processo de escolarização.

Sendo assim, compreendendo que o referido ensino não deva apenas se basear no caráter funcional da língua, mas que também seja capaz de promover uma educação mais democrática e igualitária, que valorize os aprendizes, criando as condições necessárias para que estes se tornem seres críticos e conscientes, que possam atuar de forma satisfatória em diferentes situações de uso da língua, e sabendo que o ensino de Língua Portuguesa tem sido objeto constante de estudos que buscam refletir sobre a forma como o mesmo se configura na prática, observando seus diferentes aspectos, e sugerindo propostas que visem satisfazer a necessidade de se desenvolver uma metodologia de ensino de língua materna que observe a realidade vivida pelo aluno, considerando os conhecimentos prévios apresentados pelo mesmo, o presente trabalho resulta de uma pesquisa que contou com a participação de professores de Língua Portuguesa do segundo segmento do Ensino Fundamental, utilizando como instrumento de coleta de dados um questionário contendo perguntas subjetivas (Apêndice).

O referido questionário atribuiu um caráter mais qualitativo à pesquisa, pois tornou possível analisar o que cada entrevistado pensa de fato sobre o assunto, permitindo relacionar o posicionamento dos professores de Língua Portuguesa sobre a forma de abordagem da variação linguística em sala de aula com as teorias mais recentes quanto ao estudo da língua.

Portanto, posteriormente à aplicação do questionário, efetuou-se a análise das respostas disponibilizadas, confrontando as teorias que nortearam a pesquisa e a prática pedagógica dos docentes entrevistados, e, por último, buscou-se elencar os resultados obtidos a partir da realização da pesquisa.

A referida pesquisa foi realizada em três escolas pertencentes à esfera pública, a saber, a Escola Estadual de Ensino Fundamental André Gadelha, a Escola Estadual de Ensino Fundamental Antônio Teodoro Neto e a Escola Estadual de Ensino Fundamental Batista Leite, todas localizadas na cidade de Sousa (PB),

com um total de catorze professores que atuam na área de Língua Portuguesa, no que se refere à segunda fase do Ensino Fundamental.

A escolha das escolas supracitadas deve-se à questão da acessibilidade, pois estão localizadas na sede do município, e principalmente por constituírem espaços caracterizados pelo emprego de diversas variedades linguísticas, uma vez que estão situadas em diferentes pontos da cidade, atendendo a alunos com diferentes perfis.

Logo, este trabalho monográfico encontra-se estruturado em quatro capítulos. O primeiro capítulo objetiva refletir sobre a articulação do sujeito com as diversas linguagens e formas de interação, partindo da transição da cultura oral à cultura escrita enfrentada pelo aluno na escola, observando posteriormente as consequências do preconceito linguístico para o desenvolvimento do educando, bem como os motivos que levam o ensino de língua materna a priorizar o trabalho com a língua estabelecida como padrão, a fim de construir um embasamento próprio para o desenvolvimento do tema, a partir da visão de alguns teóricos e estudiosos da área. O segundo capítulo, por sua vez, apresenta o contexto da interação, os sujeitos que participaram da pesquisa e os dados coletados, com consequente reflexão, confrontando o posicionamento dos professores de Língua Portuguesa com as teorias norteadoras da referida pesquisa. Enquanto que o terceiro capítulo pretende analisar como o livro didático utilizado nas escolas pesquisadas aborda a variação linguística. Por último, o quarto capítulo está reservado à apresentação das considerações acerca dos resultados obtidos, refletindo sobre a relevância da concretização de uma prática de ensino condizente com a necessidade de se incluir o trabalho com a diversidade linguística no ensino de língua materna.

1. O SUJEITO E A ARTICULAÇÃO COM AS DIVERSAS LINGUAGENS E FORMAS DE INTERAÇÃO

A linguagem pode ser definida como a capacidade que o homem possui de se comunicar através de sinais. No entanto, não pode ser vista apenas como um instrumento para a transmissão de mensagens, uma vez que possui outras funções além da função comunicativa, caracterizando-se principalmente como forma de interação. Por isso, a linguagem está intimamente relacionada com os aspectos extralinguísticos que permeiam à sua produção, permitindo que o sujeito atue sobre o outro e construa os seus próprios conhecimentos e as suas próprias concepções.

Segundo Leite e Callou (2005, p. 7), “é através da linguagem que uma sociedade se comunica e retrata o conhecimento e entendimento de si própria e do mundo que a cerca”. Diante disso, é importante que o sujeito compreenda as funções da linguagem, bem como reconheça a sua diversidade, percebendo que a língua é parte da linguagem, que se constitui a partir das relações sociais. Tornando-se de fundamental importância que a escola assuma a função de alertar os seus alunos sobre esses aspectos, além de criar condições para que os mesmos compreendam que o modo como o sujeito utiliza-se das diversas linguagens e participa das diferentes formas de interação depende do ambiente no qual ocorre o ato comunicativo, e das circunstâncias nas quais a comunicação se processa.

1.1 Da cultura oral à cultura escrita

O sujeito precisa se articular com as diversas linguagens e formas de interação para que possa desenvolver, de fato, a sua competência comunicativa, e passe a atuar de forma satisfatória em diferentes situações de uso da língua. E a escola exerce um importante papel para que ocorra essa articulação, uma vez que se configura como um espaço destinado à formação desse sujeito, responsável pelo processo de apropriação dos recursos linguísticos.

Ao ingressar na escola, o aluno precisa transitar da sua cultura predominantemente oral, referente às relações que estabelece com seus familiares

e amigos, para uma cultura fortemente marcada pela escrita. No entanto, essa transição tende a ser realizada de forma abrupta, uma vez que o ensino oferecido, geralmente, desconsidera o modo de falar do educando, para lhe impor uma norma que é ditada pela gramática normativa.

De acordo com Bortoni-Ricardo (2004), o ambiente escolar exerce uma forte pressão comunicativa sobre os sujeitos que fazem parte do processo educacional, fazendo com que, em sala de aula, professores e alunos recorram à monitoração linguística, passando a utilizar estilos mais supervisionados, mais adequados à norma padrão, durante os eventos de letramento. No entanto, em situações de sala de aula, marcadas por um maior grau de informalidade, os sujeitos participantes das interações tendem a assumir uma postura menos controlada, mais espontânea. Sendo importante destacar a necessidade de muita atenção e planejamento para que ocorra realmente a monitoração estilística, a partir da observação de fatores como o ambiente, o interlocutor e o tópico da conversa.

Desse modo, o professor pode utilizar as situações de sala de aula para conduzir os seus alunos a uma reflexão sobre a existência das diversas linguagens, bem como sobre as diferentes formas de interação, e, conseqüentemente, criar condições propícias para que o discente obtenha os saberes linguísticos necessários para atuar de forma satisfatória em diferentes situações, desenvolvendo, assim, a sua competência comunicativa, que, segundo Bortoni-Ricardo (2004), inclui não apenas as normas que regem a composição de uma sentença, mas também as normas culturais e sociais determinantes para a adequação da fala ao contexto de uso da língua.

Para Aguero (2013, p. 237), “cabe, portanto, primeiramente à escola, o papel de ampliar a habilidade linguística do falante, reconhecendo-o como um sujeito multiestilístico, que caminha num continuum de fronteiras fluidas, caracterizado pela interposição de falares”. Dessa forma, a escola precisa oferecer subsídios para que o aluno se aproprie dos recursos disponibilizados pela língua, para que o mesmo possa atuar de forma condizente com a situação vivenciada, de forma que aprenda a adequar o seu modo de falar de acordo com as suas necessidades comunicativas.

É necessário ressaltar que o ensino de Língua Portuguesa prioriza a escrita em detrimento da oralidade, pois a constituição da gramática normativa, que rege esse tipo de ensino, está intimamente relacionada à cultura escrita, tomando como base o emprego da língua realizado em textos clássicos, produzidos por autores

consagrados. Por isso, a gramática normativa leva muito tempo para absorver as mudanças que se processam na língua oral, que, por sua vez, caracteriza-se pela rapidez com que ocorre a comunicação, sendo, então, suscetível a apresentar diferenças com relação à norma determinada como padrão.

Sobre essa questão, Leite e Callou (2005) suscitam uma reflexão quando afirmam que no ensino da língua escrita, busca-se neutralizar as evidências que identificam cada grupo social, com o objetivo de criar um único padrão, caracterizado como supranacional. No entanto, um ensino de língua, baseado em um processo de normatização, que almeja evitar a todo custo a suposta degradação e corrupção da língua, acaba desconsiderando o caráter social e dinâmico da mesma, desvalorizando conseqüentemente a variedade linguística apresentada pelo aluno.

Para Santos (2004), peca-se tanto ao se considerar a escrita como uma forma de registro regular, natural e inequívoca da fala, como se peca ao priorizar a escrita em detrimento da oralidade, pois ambas possuem características peculiares. Elas são práticas indissociáveis, e o trabalho com as mesmas é essencial para que se realize um ensino de língua materna eficiente. Portanto, durante o referido ensino, a língua não deve ser analisada a partir do ponto de vista restrito da escrita, desconsiderando a oralidade, pois a competência comunicativa do usuário da língua desenvolve-se a partir do domínio das duas modalidades.

Neste sentido, Bagno (1999) afirma que há a necessidade de se ensinar a escrita levando em consideração a ortografia oficial, desde que não resulte no estabelecimento de uma língua “artificial”, bem como na recusa das pronúncias decorrentes das forças internas que regem o idioma. É necessário que o aluno compreenda que apesar de haver uma ortografia única para toda a língua, a pronúncia sofre variação.

O domínio da língua, seja na modalidade oral ou escrita, favorece a plena participação social do indivíduo. Por isso, é de essencial importância que se concretize uma prática de ensino de Língua Portuguesa que tenha por objetivo o desenvolvimento do potencial comunicativo do educando, buscando chamar a sua atenção para a relevância de realizar estudos sobre a sua língua, exercitando a adequação da fala a contextos específicos, que levem em consideração os diferentes interlocutores e a natureza da interação, de modo que possa adquirir segurança para utilizar a mesma de forma satisfatória.

1.2 As consequências do preconceito linguístico para o desenvolvimento do aluno

Quando uma língua ou variação linguística apresenta diferenças com relação à norma instituída como padrão, tende a ser estigmatizada, o que gera o preconceito linguístico, que consiste na discriminação aparentemente com relação à língua ou variedade utilizada, mas que na verdade reflete questões de caráter social, e que pode se manifestar de forma velada e até mesmo inconsciente a partir do estabelecimento e da difusão de estereótipos.

Desse modo, o conhecimento da gramática normativa, que privilegia a variedade padrão, não pode ser visto como instrumento de distinção, como acontece no ensino tradicional, provocando a propagação da discriminação e a consequente desvalorização das demais variedades linguísticas, pois uma variedade não se torna mais aceita do que outra devido às suas características propriamente linguísticas, mas sim por representar uma classe social mais privilegiada, fazendo parte de uma relação de poder, pois como defende Agüero (2013, p. 231), “a hierarquização das variedades e de suas normas, portanto, decorre da percepção social delas e não de questões de natureza puramente linguística”.

Magda Soares (1994) ratifica essa ideia ao ressaltar que a “superioridade” atribuída ao dialeto das classes socialmente privilegiadas não se deve a razões essencialmente linguísticas, mas sim a razões de ordem social. Portanto, os julgamentos de valor proferidos contra a língua não-padrão “na verdade, são julgamentos sobre os falantes, não sobre a sua fala” (SOARES, 1994, p. 41).

Dessa forma, a norma definida social e culturalmente como culta torna-se um importante instrumento simbólico de dominação e discriminação social, uma vez que é a modalidade comumente empregada pelas classes sociais que possuem o maior poder aquisitivo, e que conseqüentemente exercem um poder de dominação sobre as demais classes. Sendo assim, o domínio da norma padrão é uma forma de assegurar, de manter o poder exercido por uma elite econômica e socialmente privilegiada, ou seja, a língua é utilizada para garantir a legitimação das classes dominantes no poder, resultando da visão etnocêntrica do grupo dominante, que considera a sua cultura superior à cultura apresentada pelos demais grupos.

Diante disso, Bagno (2003) ressalta que em vez de a norma padrão ser utilizada como um instrumento para a suposta ascensão social, uma vez que muitos lhe atribuem essa função, ela acaba funcionando como um mecanismo para a promoção da exclusão social, da separação, da segregação. Ou seja, a língua passa a ser utilizada para disseminar o preconceito que permeia as relações sociais, provocando a discriminação e excluindo aquelas pessoas que não tiveram a oportunidade de se apropriar dos conhecimentos referentes à língua padrão.

Logo, as pessoas que pertencem às classes menos favorecidas são vítimas do preconceito linguístico por não dominarem o português padrão, tido como uma língua ideal, como um modelo a ser seguido. Por isso, as variantes empregadas por essas pessoas tendem a ser estigmatizadas. Sendo necessário ressaltar, segundo Bagno (2000), que a ideologia dominante acaba disseminando preconceitos que são interiorizados pelo falante, essa interiorização se manifesta através da rejeição e da depreciação do próprio modo de falar, e conseqüentemente da própria identidade. E o conformismo gerado pela incorporação do preconceito linguístico torna-se um importante mecanismo para a manutenção da ordem social dominante e, em decorrência, da desigualdade social.

A língua caracteriza-se como um fato social, instituído a partir das relações de interação estabelecidas entre o sujeito e os seus interlocutores. E, por isso, não pode ser vista desvinculada do contexto de produção. Dessa forma, todas as variações linguísticas são igualmente importantes, uma vez que satisfaçam às necessidades comunicativas do falante.

Nesse sentido, os Referenciais Curriculares para o Ensino Médio da Paraíba: Linguagens, Códigos e suas Tecnologias (2006, p. 22) defendem que “a língua não deve ser tomada como um sistema fechado e imutável, mas como processo dinâmico de interação, em que interlocutores atuam discursivamente sobre o outro”. De acordo com essa perspectiva, a língua é vista como um fenômeno enunciativo, marcada pelo contexto de produção.

Vale destacar que os diferentes modos de falar apresentados pelos diversos grupos sociais possuem coesão e coerência, obedecendo a um conjunto de normas específicas, pois toda variedade possui de forma intrínseca sua própria norma. Desse modo, devem ser respeitados, pois apresentam apenas diferenças com relação à norma padrão, que compreende a língua como um sistema de formas fixas

e imutáveis. Sem falar que a própria norma padrão sofre variação, pois não é falada da mesma forma por todas as pessoas que supostamente a dominam.

Ao afirmar que a língua constitui-se de um conjunto de regras, havendo, dessa forma, uma gramática para cada variedade linguística, bem como uma gramática que se efetua na escrita e outra na oralidade, os Referenciais Curriculares (2006, p. 55) ressaltam que “ensinar gramática implica que os educandos reflitam sobre sua atividade enunciativa e ampliem seu conhecimento da língua, construindo internamente as gramáticas de outros dialetos, da mesma forma que constroem a gramática de seu falar cotidiano”. Logo, conhecer as gramáticas da variedade padrão e das demais variedades permite que os alunos possam selecionar a variedade linguística adequada em função das características próprias das situações enunciativas.

Segundo Bagno (1999), há uma mitologia do preconceito linguístico, cujo principal mito é a crença de que existe uma unidade linguística no Brasil, desconsiderando, assim, a grande extensão territorial do país e a desigualdade social provocada pela má distribuição de renda. E “esse mito é muito prejudicial à educação porque, ao não reconhecer a verdadeira diversidade do português falado no Brasil, a escola tenta impor a sua norma linguística [...]” (BAGNO, 1999, p. 15). Logo, a língua ensinada na escola parece muitas vezes estranha ao aluno, que se vê obrigado a substituir o seu modo de falar pela norma imposta.

Magda Soares (1994, p. 17), por sua vez, afirma que:

É o uso da língua na escola que evidencia mais claramente as diferenças entre grupos sociais e que gera discriminações e fracasso: o uso, pelos alunos provenientes das camadas populares, de variantes linguísticas social e escolarmente estigmatizadas provoca preconceitos linguísticos e leva a dificuldades de aprendizagem, já que a escola usa e quer ver usada a variante-padrão socialmente prestigiada.

De acordo, ainda, com a referida autora, a escola deve aceitar e partir das características culturais e linguísticas apresentadas pelos sujeitos pertencentes às camadas populares, para criar condições que favoreçam aos mesmos a aquisição dos valores, comportamentos e linguagens das classes favorecidas, não objetivando, porém, a substituição das características identitárias e culturais desses sujeitos. Ao apropriar-se do dialeto de prestígio, o indivíduo estará adquirindo um

instrumento essencial à participação política. Sendo necessário levá-lo a refletir sobre a influência que as relações sociais, econômicas e culturais exercem sobre a língua, determinando os valores atribuídos a cada variedade linguística.

Portanto, é fundamental o reconhecimento da existência da heterogeneidade linguística, pois só assim o ensino de Língua Portuguesa poderá criar condições para que o aluno torne-se capaz de adequar o seu modo de falar à circunstância vivenciada, pois como afirmam os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's):

No ensino-aprendizagem de diferentes padrões de fala e escrita, o que se almeja não é levar os alunos a falar certo, mas permitir-lhes a escolha da forma de fala a utilizar, considerando as características e condições do contexto de produção, ou seja, é saber adequar os recursos expressivos, a variedade de língua e o estilo às diferentes situações comunicativas. (BRASIL, 1998, p. 31)

Desse modo, um ensino de língua pautado na imposição de uma variedade padrão, conseqüentemente dá margem a ocorrência do preconceito linguístico, que, por sua vez, causa prejuízos na formação do discente, gerando medo e insegurança durante o ato comunicativo, e conseqüentemente fracasso e evasão na escola. Como anteriormente mencionado, o preconceito linguístico acaba refletindo o preconceito social e provocando, assim, a exclusão social dos falantes que empregam as variedades consideradas de menor prestígio.

Como destaca Bagno (2009), as ciências sociais ensinam que as normas são necessárias para que haja a manutenção da coesão social e a regularização dos comportamentos, ressaltando que entre as mesmas, estão as normas linguísticas. No entanto, para o autor, é essencial o reconhecimento de que as normas sociais sofrem mudanças ao longo do tempo, e por isso é preciso se adaptar a essas mudanças. Logo, as transformações que se processam com relação às normas linguísticas são a prova concreta de que a língua é dinâmica, e está em constante processo de transformação.

O ensino de Língua Portuguesa oferecido pelas instituições escolares precisa considerar e valorizar a diversidade, respeitando as diferenças que se processam nos atos comunicativos, pois a inclusão da diversidade linguística no espaço escolar é imprescindível para a inserção e o crescimento do aluno proveniente das classes populares, favorecendo assim a democratização do ensino. Para tanto, é necessário trabalhar a linguagem a partir de sua perspectiva de uso, ou seja, com base na

realidade empiricamente observável, considerando, desse modo, o seu caráter enunciativo, pois como afirma Bagno (2009), a prática da reflexão linguística deve se realizar a partir da investigação de fatos linguísticos reais, e através da comparação entre as teorias tradicionais e as teorias científicas mais atuais, caracterizando-se como de fundamental importância para a formação crítica e cidadã do aluno.

Os Referenciais Curriculares (2006, p. 21) orientam que “reconhecer o caráter enunciativo da linguagem e da língua implica deslocar-se de uma visão de sentido imanente ao enunciado linguístico, como um produto acabado, para uma visão de sentido determinado pelas condições de produção [...]”. Ressaltando, assim, a necessidade de se considerar não apenas a estrutura dos enunciados, como também os fatores que condicionam o processo de enunciação, como o tempo, o lugar, os objetivos almejados, os papéis e as relações sociais representadas, uma vez que esses fatores atuam na constituição do sentido.

1.3 O papel assumido pela variedade padrão no ensino de língua materna

O ensino de Língua Portuguesa tem priorizado por muito tempo a variedade padrão da língua, a variedade linguística de maior prestígio social, provocando a estigmatização das demais variedades apresentadas pelos alunos, que são consideradas “erradas” perante a língua ensinada na escola.

É inegável a relevância de se ensinar a norma padrão durante o ensino da Língua Portuguesa, de se criar condições adequadas para que o discente se aproprie da língua formal, e assim possa atuar satisfatoriamente nas situações que também exigem um grau maior de formalidade.

A escola apresenta um papel essencial no que se refere à aquisição dos recursos comunicativos, que permitem o bom desempenho do educando em contextos formais de uso da língua. Entretanto, não se pode impor a variedade padrão como se ela fosse a única “correta”, desrespeitando a variedade que o aluno já possui. Como afirma Bortoni-Ricardo (2004, p. 75), “a escola é, por excelência, o *locus*__ ou espaço __ em que os educandos vão adquirir, de forma sistemática, recursos comunicativos que lhes permitam desempenhar-se competentemente em práticas sociais especializadas”.

Logo, o ensino de língua oferecido pela escola precisa considerar a importância de alertar o aluno sobre a adequação linguística, oferecendo-lhe subsídios para que o mesmo desenvolva a sua competência comunicativa, a partir do enriquecimento do seu repertório linguístico, sem, contudo, resultar na desvalorização da sua própria variedade, adquirida através das relações sociais mantidas na sua comunidade, pois como defende Bortoni-Ricardo:

Ao chegar à escola, a criança, o jovem ou o adulto já são usuários competentes de sua língua materna, mas têm de ampliar a gama de seus recursos comunicativos para poder atender às convenções sociais, que definem o uso linguístico adequado a cada gênero textual, a cada tarefa comunicativa, a cada tipo de interação.” (2004, p. 75)

Desse modo, o ensino de Língua Portuguesa precisa permitir que os alunos utilizem a língua de forma eficiente, atendendo às determinações que são inerentes a cada situação comunicativa. Para tanto, é necessário respeitar os saberes linguísticos apresentados pelo discente, mesmo que esses saberes não correspondam à norma estabelecida como culta, uma vez não se pode tomar a norma padrão como única referência para a concretização do referido ensino, em decorrência da sua legitimação social, desqualificando, assim, as variedades que fazem parte do convívio social do educando.

Durante esse ensino, é essencial apresentar ao discente as variações linguísticas existentes, desenvolvendo a sua capacidade reflexiva quanto à adequação da sua fala a contextos específicos, permitindo que o mesmo selecione a variante mais adequada ao contexto no qual se processa a comunicação, pois como destaca Wittke (2007, p. 26):

[...] o estudo da linguagem deve ser um exercício oportunizador para que o aluno adquira competência discursiva, isto é, que seja capaz de empregar a língua de modo variado, produzindo diferentes efeitos de sentido e adequando o texto a diversas situações de interlocução oral e escrita.

De acordo com a Linguística, todo falante é usuário competente da sua língua materna, por isso não costuma utilizar os conceitos de “certo” ou “errado”, não permitindo, portanto, julgamentos de valor. Para os estudos linguísticos, o que deve ser observada é a questão da adequação da fala, considerando fatores como o

contexto da interação, os diferentes interlocutores e a intenção do ato comunicativo. A noção de erro linguístico pauta-se na norma padrão, que considera a língua como uma forma fixa, homogênea e imutável.

Desse modo, os estudos realizados pela Linguística, ao darem ênfase à funcionalidade da língua, sem emitir juízos de valor, contribuem para a concretização de uma prática de ensino de Língua Portuguesa comprometida com o desenvolvimento da competência comunicativa do aluno, não dando margem à ocorrência do preconceito linguístico.

O ensino tradicional, por sua vez, ao exigir o uso exclusivo da língua padrão, está reproduzindo a discriminação social que vigora em uma sociedade dividida em classes, favorecendo a construção e a disseminação de mitos e de estereótipos, e prejudicando conseqüentemente o desenvolvimento do educando no que se refere ao estudo e à utilização da sua língua, uma vez que desconsidera a variedade linguística adquirida pelo mesmo no seu cotidiano.

Vale ressaltar ainda que o modo de falar apresentado pelo aluno permite identificar a sua condição social ou econômica, o seu grau de instrução e até mesmo a sua faixa etária, pois como afirmam Leite e Callou (2005, p. 7), “é na linguagem que se refletem a identificação e a diferenciação de cada comunidade e também a inserção do indivíduo em diferentes agrupamentos, estratos sociais, faixas etárias, gêneros, graus de escolaridade”. Sendo assim, a variação da língua está ligada a todos os níveis que possuem no âmago a noção da diferença, permitindo a identificação dos papéis sociais representados pelos falantes.

A variação linguística é um fenômeno comum a toda e qualquer língua, por isso é considerada um fenômeno universal, e reflete a influência exercida pela época, região geográfica, situação de uso e aspectos particulares dos seus usuários, manifestando-se em todos os níveis da língua: fonológico, morfológico, sintático, semântico. Fato este que não seria diferente no Brasil, que embora possua uma única língua oficial, a Língua Portuguesa, não apresenta uma homogeneidade no que se refere à língua falada pela sua população, principalmente devido a sua grande extensão territorial e às condições pelas quais o seu povo foi formado, sem falar nas diversas línguas indígenas ainda existentes no país.

Com relação à variação linguística no ensino de Língua Portuguesa, os PCN's orientam que

[...] é importante que o aluno, ao aprender novas formas linguísticas, particularmente a escrita e o padrão de oralidade mais formal orientado pela tradição gramatical, entenda que todas as variedades linguísticas são legítimas e próprias da história e da cultura humana. Para isso, o estudo da variação cumpre papel fundamental na formação da consciência linguística e no desenvolvimento da competência discursiva do aluno, devendo estar sistematicamente presente nas atividades de Língua Portuguesa. (BRASIL, 1998, p. 82)

Sendo assim, o ensino de Português nas instituições escolares precisa atribuir significativa importância ao trabalho com a variação linguística, reconhecendo o caráter dinâmico da língua. Logo, esse ensino não pode se pautar exclusivamente na gramática normativa, uma vez que a mesma possui um caráter predominantemente prescritivo e prioriza apenas uma das variedades, a língua padrão, provocando, desse modo, a marginalização das demais variedades linguísticas, por serem consideradas “inferiores”.

No que se refere ao estudo gramatical durante o ensino da língua, Uchôa (2007, p. 24) defende que, “a gramática, por si só, evidentemente não é suficiente para a aprendizagem prática da língua, porque o saber falar uma língua não é só ter competência gramatical (domínio de regras) correspondente a esta língua”, é necessário o desenvolvimento de outros saberes, entre eles, o de adequar a expressão linguística utilizada às circunstâncias de produção, levando em consideração o destinatário, o objeto do ato comunicativo e a situação vivenciada, que o autor denomina de saber expressivo. Vale salientar que se faz também necessário conhecer os diferentes tipos de gramática, para que se possa repensar o ensino gramatical no contexto escolar.

Desse modo, durante o ensino de Língua Portuguesa, torna-se indispensável trabalhar os conteúdos gramaticais de forma contextualizada, considerando a existência das variações linguísticas, bem como a sua importância para a formação do indivíduo enquanto usuário competente da sua língua, capaz de atuar em diferentes situações comunicativas. Para tanto, é essencial estudar a língua a partir da sua prática real, levando em consideração o seu caráter funcional.

2. VARIAÇÃO LINGUÍSTICA E ENSINO DE LÍNGUA MATERNA: O QUE PENSAM E O QUE FAZEM OS PROFESSORES DE LÍNGUA PORTUGUESA

Diante da contribuição oferecida pelos recentes estudos linguísticos, faz-se necessário que o professor de Língua Portuguesa reflita sobre o seu papel no que se refere à formação de sujeitos críticos e participativos, capazes de atuar como falantes competentes da língua em diferentes situações comunicativas. Para tanto, esse professor precisa agir com autonomia, compreendendo que o referido ensino não pode prestigiar apenas a norma determinada como padrão, uma vez que um ensino pautado na normatização da língua contribui para a proliferação do preconceito linguístico, provocando insegurança durante o ato comunicativo e refletindo o preconceito social.

Desse modo, o professor precisa, primeiramente, reconhecer o caráter dinâmico da língua, assumindo a relevância de se trabalhar com a variação linguística em sala de aula, para que, posteriormente, possa oferecer um ensino que conduza os alunos à valorização da sua própria língua.

2.1 Contextos e sujeitos da pesquisa

A pesquisa foi realizada na cidade de Sousa - PB, na Escola Estadual de Ensino Fundamental André Gadelha, na Escola Estadual de Ensino Fundamental Antônio Teodoro Neto e na Escola Estadual de Ensino Fundamental Batista Leite.

De modo geral, essas escolas caracterizam-se por estarem localizadas na sede do município, por atenderem a um considerável número de alunos, por possuírem uma boa estrutura física, com biblioteca e laboratório de informática, e por funcionarem nos três turnos (manhã, tarde e noite).

A escolha das referidas escolas deve-se justamente por serem instituições que se destacam quanto à oferta do ensino fundamental, e por apresentarem um alunado bastante heterogêneo, uma vez que estão localizadas em diferentes pontos do município.

A pesquisa foi realizada no mês de novembro de 2013, com catorze professores de Língua Portuguesa, que atuam no segundo segmento do Ensino Fundamental. Todos participaram da atividade proposta para a investigação, um questionário contendo dez questões subjetivas (Apêndice), que atribuiu um caráter mais qualitativo a referida pesquisa, uma vez que atendeu ao objetivo de obter o verdadeiro posicionamento dos professores no que se refere a aspectos relevantes da relação estabelecida entre a variação linguística e o ensino de língua materna, permitindo uma melhor reflexão sobre o tema.

2.2 As vozes dos sujeitos

Diante da necessidade de se observar como o ensino de Língua Portuguesa configura-se na atualidade, no que se refere ao trabalho com a variação linguística em sala de aula, torna-se de fundamental importância ouvir os professores que se disponibilizaram a participar da pesquisa, contribuindo, assim, para a realização desse estudo. Ressaltando que as questões levantadas não visam qualificar ou desqualificar o trabalho desses profissionais, mas refletir sobre o referido assunto, procurando respostas para algumas inquietações que surgem ante ao ensino de língua oferecido pelas instituições escolares.

Como anteriormente mencionado, o questionário utilizado para a realização da coleta de dados e consequente concretização da pesquisa contém dez questões de caráter subjetivo, e inicia-se com a seguinte pergunta: “Há quanto tempo você atua como professor (a) de Língua Portuguesa?”. Ao se fazer esse questionamento, buscou-se traçar o perfil dos professores participantes da pesquisa quanto à experiência docente dos mesmos no que se refere ao ensino de Língua Portuguesa.

Dentre as respostas disponibilizadas, pode-se observar que a atuação dos educadores entrevistados varia entre aproximadamente um e trinta anos. Do total de professores pesquisados, dois docentes possuem aproximadamente 1 ano de atuação em sala de aula, dois possuem aproximadamente 2 anos, um atua há 4 anos, dois têm 5 anos, e os demais possuem cada um 10, 12, 16, 18, 19, 24, e 30 anos de atuação como professor de Língua Portuguesa. Desse modo, como pode ser observado há aqueles que atuam na área há muitos anos, o que significa dizer

que possuem uma extensa experiência como mediador do processo ensino-aprendizagem, e aqueles recém ingressos no magistério, e que supostamente concluíram há pouco tempo, ou estão concluindo, a formação acadêmica.

Como não é possível analisar verticalmente todas as respostas disponibilizadas pelos sujeitos, uma vez que algumas se repetem ou se assemelham, selecionou-se dez entre os catorze professores entrevistados. Salientando que, dentre os selecionados, serão apresentadas as respostas mais coerentes com os questionamentos, bem como serão utilizadas as nomenclaturas **Professor 1** e **Professor 2**, por exemplo, como forma de preservar as identidades desses educadores.

Com relação ao questionário, realizou-se na sequência a segunda pergunta, “Qual é a sua concepção de variação linguística?”. O **professor 1** afirma: “A língua não é usada de modo igual por todos os seus falantes, pois ela é variante, sofre mudanças de época para época, região para região, de classe social para classe social”. O **professor 2**, por sua vez, destaca que: “A variação linguística compreende a forma mais eclética de comunicação entre os seres humanos, pois varia conforme a região e as classes sociais”. Já o **professor 6** ressalta: “É o conjunto das diferenças de realização linguística, falada ou escrita, manifestado pelos falantes de uma mesma língua”, e o **professor 8** diz: “São usos diferentes que se faz de uma mesma língua, dependendo dos costumes, da intenção de quem a utiliza, do grau de escolaridade, etc”.

A partir dos posicionamentos apresentados acima, pode-se perceber que os entrevistados consideram o caráter dinâmico da língua, e conseqüentemente a influência exercida sobre a mesma pelos fatores externos. Considerações estas que são essenciais à concretização de um ensino capaz de reconhecer o aspecto enunciativo da linguagem e da língua, valorizando a atuação do sujeito no que se refere ao processo comunicativo, e contribuindo para tornar as relações sociais menos conflituosas, pois como defende Bagno (2009), para a construção de uma sociedade tolerante, capaz de considerar a diferença e de valorizar a diversidade, é de essencial relevância que se respeite e valorize as diferenças presentes nos comportamentos linguísticos.

No entanto, pode-se notar pelas respostas de alguns professores, que estes acreditam que a variação linguística se processa apenas com relação a alguns fatores como o geográfico, o social e o histórico, esquecendo-se dos aspectos

relacionados ao gênero, à escolaridade, à profissão, à faixa etária, entre outros. São todos esses aspectos que determinam as peculiaridades de cada variedade linguística, ressaltando que pode haver a ocorrência simultânea de vários fatores no que se refere à variedade apresentada por um determinado falante.

Quanto à terceira pergunta que compõe o questionário, “Qual a importância de se trabalhar a variação linguística em sala de aula?”, o **professor 4** apresenta o seguinte posicionamento: “Todas as variantes de uma língua são igualmente ricas e expressivas e atendem às necessidades dos grupos que as utilizam. Eis a razão porque todas são importantes”. Nesse sentido, o **professor 7** afirma: “Mostrar aos alunos a riqueza linguística do nosso povo, além de discutir sobre a problemática do certo e errado no que se refere à linguagem”, enquanto que o **professor 10** menciona: “É indispensável pelo fato de perceber a multiplicidade de falares trazida pelos próprios alunos e por inserir as práticas cotidianas de fala dentro da sala de aula”. O **professor 13**, por seu turno, confirma a relevância de se trabalhar com a variação linguística em sala de aula, ao responder: “É muito importante, pois faz com que os alunos tenham conhecimento acerca das variáveis fonéticas”.

Ao observar as respostas elencadas acima, percebe-se que todos os educadores reconhecem a importância de se trabalhar com a variação linguística no contexto escolar, uma vez que os diferentes registros linguísticos desempenham satisfatoriamente a função comunicativa, e também como forma de valorizar a variedade proveniente do cotidiano do aluno. A esse respeito, Bagno (2009, p. 212) afirma “Os alunos vão se sentir muito mais estimulados a estudar a sua língua, quando realmente for a sua língua [...]”, demonstrando a importância de se estudar a língua a partir do trabalho com a variedade linguística apresentada pelo aluno, e não meramente lhe impor uma norma padrão, sem justificar a relevância desse estudo.

Porém, é possível identificar ainda a utilização das noções de certo e errado quanto ao uso da língua, o que implica na desconsideração da adequação linguística que se baseia nas condições de produção. Além disso, em um dos depoimentos, a variação linguística é apresentada como se realizada apenas no plano da fonética, esquecendo os outros níveis nos quais a variação também se processa, como, por exemplo, o morfológico, o sintático e o semântico.

Posteriormente, com o objetivo de verificar como os professores pesquisados trabalham com a variação linguística no contexto de sala de aula, foi realizada a seguinte pergunta “Como se dá esse trabalho?”. Diante da qual, alguns dos

professores de Língua Portuguesa entrevistados afirmaram realizá-lo através da utilização de textos variados, que empregam a diversidade linguística.

Sobre esse questionamento, o **professor 2** ressalta: “Através das propostas indicadas nos livros didáticos, interagindo com a realidade linguística dos estudantes”. Enquanto que o **professor 4** afirma: “Leva-se *em conta* todas as situações de comunicação e a grande diversidade de textos em circulação, incentivando o aluno a conhecer e empregar os recursos da língua em seus vários níveis”. O **professor 7**, por sua vez, destaca: “Trabalhamos com a variação a partir da realidade dos alunos, trabalhando e discutindo sobre alguns termos e expressões linguísticas usados por eles no dia a dia, como também por outros grupos sociais ou localidades”. Já o **professor 14** declara: “Procuro valorizar bastante a oralidade, permitindo que o aluno se expresse livremente. A partir daí procuro mostrar que há uma variação dita correta que deve ser usada em situações formais e que eles devem aprendê-la para usá-la quando for necessário”.

De acordo com esses posicionamentos, pode-se concluir que os professores consideram a variedade linguística apresentada pelo aluno, partindo, assim, do conhecimento prévio para a construção do conhecimento referente à língua instituída como formal. Ressaltando também a importância de se trabalhar com a grande diversidade de textos, uma vez que os mesmos permitem o contato com diferentes variedades linguísticas, favorecendo o estudo do caráter enunciativo da língua, pois como afirma Wittke (2007, p. 83),

O estudo da língua (ou melhor, da linguagem) a partir de variados tipos textuais (e de diferentes gêneros), trabalhando a gramática em situação de uso, revela uma concepção de língua enquanto interação social, com base em teorias linguísticas textuais do discurso, enfim, uma abordagem textual-discursiva.

Um dos professores entrevistados destaca a influência exercida pelo livro didático no tocante ao trabalho com a variação linguística, através de propostas de ensino. Nesse sentido, Wittke (2007) afirma que diante da necessidade de mudanças de ordem metodológica, didática e pedagógica no que se refere ao ensino e à aprendizagem de língua materna, o livro didático é um elemento importante para que ocorra essa transformação sociocultural.

No que diz respeito ao quinto questionamento, “Em sua opinião, porque o ensino de Língua Portuguesa privilegia a norma padrão?”, o **professor 2** responde:

“Porque a norma padrão é o meio comunicativo mais acessível às diferentes classes sociais”. O **professor 10** contesta: “Não diria que privilegia, mas a vê como um aspecto normativo comum aos usuários da língua. O intento do trabalho da norma padrão é universalizar a prática e uso da língua materna”. O **professor 12**, por sua vez, defende: “Porque é a norma cobrada na realização de concursos, de vestibulares”. E, por último, o **professor 14** afirma: “Infelizmente, seguimos uma gramática normativa que dita um conjunto de regras, que sempre buscou privilegiar a elite que teoricamente fala corretamente”.

As respostas apresentadas acima enveredam por diferentes aspectos referentes ao ensino de Língua Portuguesa. A princípio, pode-se questionar se o ensino ofertado pela escola realmente oferece condições para que a norma padrão torne-se, na prática, acessível a todos os falantes. Quanto à normatização da língua, torna-se impossível universalizar o uso da mesma, uma vez que o referido uso é fortemente influenciado por fatores extralinguísticos.

Posteriormente, é possível refletir sobre a função do ensino de Língua Portuguesa. Neste sentido, os Parâmetros Curriculares Nacionais (1998, p. 32) defendem que

No processo de ensino-aprendizagem dos diferentes ciclos do ensino fundamental, espera-se que o aluno amplie o domínio ativo do discurso nas diversas situações comunicativas, sobretudo nas instâncias públicas de uso da linguagem, de modo a possibilitar sua inserção efetiva no mundo da escrita, ampliando suas possibilidades de participação social no exercício da cidadania.

No entanto, percebe-se na realidade uma preocupação prática com relação às provas de seleção para concursos e vestibulares, pois se acredita que o aluno só apresentará um bom desempenho se adquirir os conhecimentos restritos à língua determinada como padrão. Porém, um ensino de língua comprometido com o desenvolvimento da competência comunicativa do discente proporcionará ao mesmo as condições necessárias para refletir sobre todos os aspectos da sua língua materna, seja no que se refere à norma padrão, seja no que concerne às demais variedades, permitindo assim ao aluno um bom desempenho durante a realização dos supramencionados exames, uma vez que terá adquirido conhecimentos significativos sobre a sua língua.

Por fim, menciona-se a forte influência exercida pela gramática normativa sobre o ensino de Língua Portuguesa, determinando o que deve ser ensinado, baseando-se na legitimação social da língua padrão. Porém, apesar de toda essa influência, o professor possui autonomia para selecionar os conteúdos a serem trabalhados e a metodologia a ser utilizada, não necessitando, dessa forma, limitar-se exclusivamente à norma privilegiada pela gramática normativa.

No que se refere à sexta questão, “Como você age diante da variedade linguística apresentada pelos alunos?”, o **professor 4** afirma: “O meu trabalho tem sempre como objetivo aumentar a competência comunicativa do aluno, levando-o a compreender os variados recursos e mecanismos de que a língua dispõe para deles apropriar-se”, o **professor 8** destaca: “Mostro que existem as variedades linguísticas, a norma culta e a coloquial, e que eles tem que saber usá-las no momento certo”. O **professor 12**, por seu turno, diz: “Ajo naturalmente, pois tenho conhecimento e entendo que quando há comunicação e entendimento, não existe *nada errado*, mas claro que não deixo de ensinar e mostrar as diferenças entre a linguagem formal e informal”, enquanto isso o **professor 14** afirma: “Com a maior naturalidade, sou adepto de que o que importa é a comunicação, porém mostro aos meus educandos que é importante apreender a forma correta de falar”.

Com relação a esses depoimentos, nota-se que os professores reconhecem a importância de se considerar à variedade linguística apresentada pelo aluno, ressaltando a questão da adequação da fala ao contexto de uso, bem como a necessidade de se trabalhar com a língua padrão. Entretanto, ainda se percebe em alguns discursos referência ao uso correto da língua.

Segundo os Referenciais Curriculares (2006, p. 23)

O trabalho de educação linguística, tarefa da escola, consiste em promover situações de aprendizagem que favoreçam ao educando o domínio ativo, crítico e contextualizado das variedades de prestígio e o desenvolvimento de atitudes de respeito à diversidade e de rejeição aos vários tipos de preconceito e de exclusão social pela linguagem.

Para tanto, faz-se necessário o trabalho com a variação linguística como forma de mostrar a existência da diversidade, e do respeito pela variedade apresentada pelo aluno. Por isso, as noções de certo e errado que ainda se vê no discurso de alguns professores devem ser substituídas pelo conceito de adequação

linguística, do contrário o que se verá em sala de aula é a propagação de uma ideologia que só considera correto o uso da norma estabelecida como padrão.

Quanto à sétima questão apresentada aos docentes, “Como os livros didáticos utilizados na sua escola abordam a variação da língua?”, o **professor 1** responde: “Através de conceitos, estudos de textos e atividades, que são mostrados de forma clara e sem diferenças”. O **professor 6** destaca: “Apesar da forma resumida e, ainda, pouco lembrada, o nosso livro didático de Língua Portuguesa explora a questão da variação linguística de forma adequada, cabendo a nós professores, fazermos os ajustes necessários à nossa realidade”. Enquanto que o **professor 7** ressalta: “Os livros didáticos hoje abordam muito bem a questão da variação linguística desde o conceito até as ramificações e exemplos cotidianos no tocante à oralidade”, e o **professor 13** afirma: “De forma bem ampla, sem nenhum detalhamento específico”.

Ao questionar como o livro didático trata a variação linguística, percebe-se uma divisão quanto à opinião dos professores entrevistados. Alguns educadores afirmam que o livro aborda a variação da língua de forma adequada, enquanto que outros mencionam que o livro trata a diversidade linguística de forma ampla, sem detalhes. Ocorrendo situações nas quais um mesmo professor apresenta as duas posições em seu discurso, afirmando que o livro trabalha com a variação de forma apropriada, mas que também a apresenta de forma resumida.

O livro didático possui grande relevância quanto ao ensino e à aprendizagem da língua, uma vez que funciona como um guia que determina os conteúdos a serem trabalhados e sugere propostas de atividade. Entretanto, o professor não pode se limitar apenas ao que é oferecido pelo livro didático. É necessário consultar outras fontes na hora de planejar e executar as suas aulas, para tanto, como afirma Wittke (2007, p.35),

É importante que o professor entenda o modo como o aluno aprende, ou seja, a maneira como produz conhecimento, para melhor poder selecionar e organizar o conteúdo a ser estudado, assim como a maneira de trabalhá-lo, reforçando e/ou diversificando estratégias, na medida em que constata possíveis dificuldades apresentadas pelos alunos.

Em seguida, foi realizada a pergunta “Como o preconceito linguístico pode atuar sobre o desenvolvimento do educando?”. Nesse sentido, o **professor 6**

responde: “Esse tipo de preconceito pode acarretar vários problemas, um deles é dificultar o bom relacionamento e rendimento escolar do aluno”. O **professor 7** afirma: “Tornando o aluno também uma pessoa preconceituosa, fazendo com que ele não utilize dos variados termos linguísticos que o acompanham, e também permitindo ou corrigindo àqueles que fazem uso da língua de forma variada”. O **professor 8** relata: “Às vezes, são discriminados e chegam até a não querer mais falar em sala de aula, não sabendo eles que existe a norma coloquial, que também é correta dependendo do momento”. Já o **professor 14** destaca: “Quando um professor repreende um aluno por este ter *falado errado* pode estar condenando-o a exclusão e até afastando-o definitivamente da vida escolar. É preciso respeitar o modo de se expressar de cada um e procurar trabalhar de forma adequada o modo *correto* de falar”.

Nos comentários acima, é possível observar que os professores consideram negativamente a ação do preconceito linguístico sobre o desenvolvimento do aluno, uma vez que pode prejudicar a sua vida escolar, e conseqüentemente a sua vida social, fazendo com que o educando incorpore e/ou propague esse tipo de preconceito.

Vale ressaltar que a forma como é tratada a variedade linguística apresentada pelo aluno pode gerar segurança ou insegurança com relação ao uso da língua. No que se refere à segurança e à insegurança linguística, Calvet afirma (2002, p.72)

Fala-se de *segurança linguística* quando, por razões sociais variadas, os falantes não se sentem questionados em seu modo de falar, quando consideram *sua* norma *a* norma. Ao contrário, há *insegurança linguística* quando os falantes consideram seu modo de falar pouco valorizador e têm em mente outro modelo, mais prestigioso, mas que não praticam.

Outro importante ponto levantado concerne à intervenção do professor no que se refere à variedade usada pelo aluno, ao se afirmar que ao corrigir o emprego da língua realizado pelo educando, o professor poderá provocar a exclusão do mesmo. Esse comentário remete a um dilema enfrentado pelo professor de Língua Portuguesa em sala de aula, que não sabe se pode corrigir a variedade apresentada pelo aluno, quando esta difere das normas referentes à língua padrão, que são ditadas pela gramática normativa.

No tocante à nona questão, “Os educadores devem sempre utilizar um modo de falar formal em sala de aula? Justifique.” O **professor 2** afirma: “Sim. É nosso dever, como educador, usar a linguagem formal para despertar no educando o interesse pelo uso correto da língua e, assim, esquecer o vício linguístico”. O **professor 8**, por sua vez, relata: “Sim, porque somos professores e temos que dar exemplo, mas devemos sempre lembrar que existem as variações linguísticas”. Enquanto que o **professor 10** destaca: “Não. Cada contexto, lugar, espaço e público exige um modo de falar diferenciado” e o **professor 12** responde: “Sim, pois os mesmos são exemplos para seus alunos. E ao escutarem seus professores falarem formalmente, eles também aprendem, sem termos que apontar seus erros linguísticos”.

A partir das respostas elencadas acima, pode-se observar que a maioria dos professores defende a necessidade de utilizar a linguagem formal em sala de aula, uma vez que se consideram exemplos a serem seguidos. Esses posicionamentos contestam o discurso proferido anteriormente, uma vez que consideram a questão da adequação linguística apenas para os alunos, e não para os professores, como se estes tivessem que usar o tempo todo um estilo mais monitorado, tanto nas situações de letramento como naquelas situações marcadas pela espontaneidade, de conversa informal entre professores e alunos em sala de aula. Em um dos posicionamentos, é utilizada a expressão vício linguístico para se referir ao uso da linguagem informal, e outro faz referência à existência de erros linguísticos.

Portanto, é necessário cautela para que a prática não negue o discurso pronunciado, e para que a formalidade e o rigor, que muitas vezes são observados em sala de aula, não contribuam para gerar insegurança linguística no aluno. As expressões utilizadas são inadequadas, pois na língua não se pode falar em questões de erro ou de vício, mas sim de inadequação quando são consideradas as características que determinam o ato comunicativo.

Apesar desse resultado, um dos professores entrevistados nega a necessidade de se utilizar sempre a língua formal em sala de aula, uma vez que o educador como qualquer outro usuário da língua precisa adequar o seu modo de falar às condições que determinam o contexto comunicativo.

Com relação a décima e última questão, “Como o professor de Língua Portuguesa pode favorecer o desenvolvimento da competência comunicativa do aluno?”, o **professor 1** salienta: “Usando os diversos tipos de leitura, articulando a

gramática com exercícios, empregando os gêneros textuais em produção de textos”. O **professor 2**, por sua vez, responde: “Primeiro aceitar as diferenças linguísticas. Segundo, proporcionar o interesse do educando pelo uso coerente da comunicação, através de processos metodológicos que desenvolvam a ação comunicativa”. O **professor 6** afirma: “A competência comunicativa do aluno é desenvolvida a partir do momento em que mostramos para os educandos que a língua(gem) é uma questão de adequação e de comportamento discursivo específico que dependerá do contexto social, cultural e geográfico de cada falante”. E o **professor 13** menciona: “Mostrando através de registros regionais e sociais as falas de cada cidadão e assim lhe abrindo caminhos para a reflexão”.

Pode-se notar, então, através dos comentários acima, que o desenvolvimento da competência comunicativa está associado à compreensão da diversidade e da adequação linguística, uma vez que é necessário que o falante apresente um comportamento linguístico condizente com cada situação discursiva. Para tanto, faz-se necessário oferecer condições para que o aluno reflita sobre a língua enquanto espaço de interação social, a partir da realização de diferentes atividades em sala de aula, favorecendo o trabalho com a oralidade e com a escrita.

Desse modo, embora tenha sido possível observar no discurso de alguns professores resquícios próprios do ensino tradicional, como a alusão ao uso de uma língua dita correta, em detrimento das demais variedades consideradas incorretas, sugerindo a existência do erro e do vício linguístico, bem como a contradição entre ora defender a adequação linguística, ora afirmar que o professor deve privilegiar o uso da língua formal durante o ensino de língua materna, como forma de estimular o aluno a fazer o mesmo uso, nota-se ao analisar os dados coletados durante a pesquisa, que os professores entrevistados nas três escolas pesquisadas apresentam semelhanças quanto à importância dada ao trabalho com a variação linguística em sala de aula.

Logo, percebe-se que a postura dos professores quanto à incorporação da variação linguística no ensino de Língua Portuguesa vem apresentando significativas mudanças com relação à postura comumente assumida no ensino tradicional. Nota-se que essas mudanças se não ocorrem de fato na prática pedagógica, ao menos já atingiram a mentalidade dos professores, que atualmente conseguem melhor compreender a importância de se respeitar a diversidade e a diferença que se fazem presentes no contexto escolar.

3. A VARIAÇÃO LINGUÍSTICA NO LIVRO DIDÁTICO

Considerando os posicionamentos dos professores entrevistados, ora ressaltando a contribuição do livro didático para o trabalho com a variação linguística, ora destacando o caráter amplo e pouco específico do mesmo com relação ao tratamento da diversidade que se processa na língua, percebeu-se a necessidade de se analisar os livros didáticos utilizados pelos professores entrevistados.

Vale salientar que as três escolas pesquisadas utilizam o mesmo manual didático, pertencente à “Coleção Diálogo”, que possui uma versão para cada ano do segundo segmento do Ensino Fundamental, e que foi utilizado durante três anos: 2011, 2012 e 2013.

Em geral, os livros analisados caracterizam-se por apresentar textos variados, abrangendo diferentes gêneros textuais, que contemplam tanto a linguagem formal, como a informal, bem como os diferentes veículos de circulação social utilizados para a divulgação de textos. Sendo que em cada módulo temático são disponibilizados dois ou três textos, introduzidos por uma breve apresentação, despertando o interesse pela leitura. Além de sugestões de livros, filmes e sites.

Os textos são acompanhados por diferentes recursos visuais, que auxiliam na compreensão dos mesmos, além de caixas de texto com informações relevantes sobre autores, temas ou sobre o gênero textual estudado. Essas caixas contendo informações também acompanham as atividades, auxiliando o aluno durante a resolução das questões.

Os questionamentos propostos pelas atividades estimulam o aluno a expor a sua opinião sobre o assunto trabalhado. No manual do professor correspondente ao sexto ano, as autoras Beltrão e Gordilho (2009a, p. 25) orientam o professor a respeitar o posicionamento do aluno, ao afirmar “Professor, as respostas dos alunos vão depender do modo de vida, dos costumes e valores de cada um”. Já no manual utilizado no oitavo ano, as referidas autoras sugerem com relação à determinada atividade

Professor, o objetivo da atividade não é dizer o que é certo ou errado ou oferecer conclusões a respeito do que foi apresentado pelos

alunos. O importante é abrir um espaço para fazer circular livremente os diferentes pontos de vista sobre os temas abordados nas questões assegurando a todos os participantes o direito a voz. (BELTRÃO e GORDILHO, 2009c, p. 190).

Além de oferecer ao aluno a possibilidade de realizar a leitura de textos escritos, os livros disponibilizam imagens para serem analisadas como pinturas, fotografias e esculturas. Dando importância tanto a linguagem verbal como a linguagem não verbal.

Quanto à gramática, os conteúdos são trabalhados de forma contextualizada, a partir da utilização de esquemas que facilitam a compreensão do assunto explanado. Desse modo, utilizam-se alguns textos para a realização simultânea do estudo gramatical e do estudo do sentido que emana do texto.

No que concerne à produção textual, os livros analisados sugerem atividades com temas variados, privilegiando diferentes gêneros textuais, bem como a realização de coletâneas e consequente socialização dos textos produzidos. Priorizando não só a modalidade escrita, como a modalidade oral, uma vez que se observa o trabalho com as duas modalidades nas atividades propostas.

Como pode ser observado durante a pesquisa, alguns professores destacaram a importância de se trabalhar com a oralidade durante o ensino de Língua Portuguesa, como forma de valorizar a variedade linguística apresentada pelo aluno.

Quanto ao trabalho específico com a variação linguística, as explicações costumam acompanhar as atividades que abrangem o referido assunto, embora algumas vezes tenha sido disponibilizado um espaço para a abordagem do tema. E, de acordo com o que pode ser observado, as autoras buscam despertar a reflexão para a questão da adequação linguística, ao afirmarem que “No processo de comunicação oral ou escrita, quando se fala em linguagem correta, fala-se em linguagem adequada ao contexto de produção” (BELTRÃO e GORDILHO, 2009a, p. 27).

As referidas autoras valorizam o respeito à diferença e à diversidade, considerando a existência da variação linguística e das relações de prestígio que permeiam o uso da língua, como pode ser ratificado na seguinte declaração:

Não se pode dizer que há uma língua portuguesa certa ou errada, e sim que existem variedades de prestígio. Perceber as diferenças

entre as variantes e o prestígio de uma sobre a outra, entendendo-as como formas válidas de expressão da língua, é um princípio de cidadania e respeito à diversidade. (BELTRÃO e GORDILHO, 2009a, p. 123)

Ao introduzir o estilo formal e o estilo informal quanto ao uso da língua, as autoras ressaltam que “A língua varia no tempo, no espaço geográfico, no contexto social e de uma situação comunicativa para outra. Podemos dizer que há várias *línguas portuguesas*; na verdade, o português é a soma dessas variedades” (BELTRÃO e GORDILHO, 2009b, p. 14). Sendo também possível perceber nos livros analisados a presença da intertextualidade e da interdisciplinaridade com relação aos textos apresentados.

No final de cada manual do professor, há uma seção intitulada “Anotações para o professor”, onde são descritas as seções que compõem os livros, bem como são apresentadas propostas das autoras para o ensino de Língua Portuguesa.

Nessa seção, as autoras evidenciam que utilizam as estratégias que consideram mais adequadas para que o aluno domine tanto a expressão oral quanto a expressão escrita em situações concretas de uso da língua. Para tanto, são utilizados textos variados que possibilitem ao educando observar os diferentes aspectos relacionados à produção dos mesmos, permitindo assim que o aluno torne-se capaz de selecionar o gênero mais adequado à sua intenção comunicativa.

Dentre as propostas das autoras no que se refere ao trabalho com a interpretação de textos, pode-se ressaltar que, a princípio, é destacada a necessidade de que o professor promova uma discussão coletiva, para que o aluno possa elaborar suposições antecipadas sobre o texto, possibilitando a ativação dos conhecimentos prévios do mesmo e a identificação das dificuldades apresentadas pelos educandos.

Nas “Anotações ao professor”, Beltrão e Gordilho também ressaltam a importância de se trabalhar com a língua falada e com a língua escrita, uma vez que ambas se influenciam. Para tanto, ao longo dos livros destinados a cada ano da segunda fase do Ensino Fundamental são apresentadas além das típicas atividades escritas, exercícios baseados na oralidade.

No que concerne ao trabalho com a diversidade da língua, as autoras salientam a necessidade de levar o aluno a observar os elementos que compõem a

situação comunicativa, bem como os instrumentos e recursos disponíveis para se alcançar os objetivos que permeiam a interação.

Ainda no que se refere ao trabalho com a língua, as autoras relatam que os alunos, depois que concluírem o ensino fundamental e o ensino médio, submeter-se-ão a exames e concursos, objetivando a continuação dos estudos em faculdades ou então o ingresso no mercado de trabalho. Por isso, o trabalho com a língua, com o objetivo de atender a essas duas necessidades, precisa promover a capacitação dos alunos para o uso adequado da língua nas diferentes situações comunicativas e para receber e produzir textos.

Ao se analisar o posicionamento dos professores que participaram da pesquisa, observou-se que uma das causas destacadas para o ensino de Língua Portuguesa privilegiar a língua padrão, refere-se ao fato da língua padrão ser a variedade exigida em concursos e vestibulares. No entanto, as autoras defendem o trabalho com a adequação linguística para tornar o aluno apto à realização desses testes de seleção.

Vale salientar que Beltrão e Gordilho ressaltam a importância da utilização do texto para a concretização do ensino de língua, ao afirmarem que as suas propostas tomam o texto como origem e fim das atividades propostas. Por isso, os livros analisados apresentam grande variedade de textos, com o objetivo de estimular o aluno a perceber as características específicas da situação de produção de cada gênero trabalhado.

Ainda nas anotações destinadas ao professor, as autoras supracitadas apresentam algumas “Regras para ensinar a escrever”. Dentre as quais, pode-se destacar a oferta de um repertório variado de textos ao aluno, trabalhados levando em consideração o gênero que representam; a utilização de textos reais, capazes de representar situações concretas de comunicação; e propostas de atividades de revisão e reescrita.

Dessa forma, pode-se inferir que o manual didático analisado oferece condições propícias para a concretização de um ensino de Língua Portuguesa que valoriza o trabalho com a variação linguística, uma vez que o referido manual considera o caráter dinâmico da língua. Cabendo, portanto, ao professor recorrer a outras fontes como forma de complementar os conhecimentos e as atividades propostas pelo livro didático utilizado, bem como fazer as devidas adaptações, considerando a realidade vivida pelo seu alunado.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como anteriormente mencionado, a pesquisa que originou o presente trabalho monográfico foi realizada em três escolas localizadas no município de Sousa (PB): a Escola Estadual de Ensino Fundamental André Gadelha, a Escola Estadual de Ensino Fundamental Antônio Teodoro Neto e a Escola Estadual de Ensino Fundamental Batista Leite. Tendo como objetivo refletir sobre o valor e o tratamento dado por professores que atuam na área de Língua Portuguesa ao trabalho com a variação linguística em sala de aula, mais precisamente no que concerne ao segundo segmento do Ensino Fundamental.

Para alcançar o objetivo traçado, elaborou-se um questionário com o propósito de obter informações que permitissem compreender como o ensino de Língua Portuguesa tem se configurado na prática.

Ao final da pesquisa, percebeu-se um resultado que desconstrói a visão tradicionalista geralmente atribuída ao ensino de Língua Portuguesa concretizado nas instituições de ensino, uma vez que os professores entrevistados demonstraram considerar a importância do trabalho com a variação linguística no que se refere ao ensino de língua materna. No entanto, faz-se necessário ressaltar que foram observadas, nos discursos analisados, algumas evidências do ensino tradicional, que caracterizam ainda certo preconceito com relação às variedades consideradas de menor prestígio.

Apesar disso, as mudanças no que concerne ao modo de encarar a relação variação linguística e ensino de língua materna são positivas para a oferta de um ensino democrático e igualitário. Entretanto, é necessário que o discurso proferido se reflita diretamente na prática, e não fique apenas no campo das ideias.

Na contemporaneidade, onde o professor não pode mais ser visto como simples detentor e transmissor do conhecimento, mas sim como articulador, mediador da aprendizagem, que participa junto com o aluno de um processo cooperativo de construção do conhecimento, é inadmissível que o educador não considere a diversidade e a diferença que se processam em todos os âmbitos da vida humana, principalmente no que diz respeito à língua.

Diante das respostas disponibilizadas, surgiu a necessidade de uma nova investigação, que tentasse explicar esse modo de pensar, de certa forma

consensual, que se observou entre os professores entrevistados, levando em consideração o fato dos mesmos pertencerem a diferentes contextos educacionais.

Dentre os principais motivos que justificariam essa mudança quanto ao modo de encarar a relação variação linguística e ensino de língua materna, quando comparado aos princípios defendidos pelo ensino de língua tradicional, pensou-se na influência exercida pelo livro didático sobre o educador, uma vez que se reconhece a importância do referido livro para a concretização do ensino no que se refere aos diferentes componentes curriculares.

Durante a investigação, descobriu-se que as três escolas utilizavam o mesmo material didático, que pertence à coleção “Diálogo” e que foi adotado e utilizado pelos professores ao longo de três anos.

Ao se analisar os livros, percebeu-se que os mesmos abordam de forma satisfatória a variação da língua, ao mesmo tempo em que orientam os docentes a trabalharem com a diversidade e a diferença, respeitando o conhecimento prévio que o aluno possui quanto ao funcionamento da sua língua materna, pois é de fundamental importância, durante o ensino da Língua Portuguesa, compreender que o aluno que chega a escola já é um falante competente da sua língua. Sabendo disso, a escola precisa oferecer subsídios para que este falante se aproprie dos conhecimentos necessários a sua atuação em diferentes contextos de comunicação.

Os dados obtidos em decorrência da nova investigação levam a crer que o livro utilizado pode ter influenciado os educadores entrevistados quanto ao posicionamento assumido diante das questões abordadas pelo questionário, justificando também a consonância quanto aos pensamentos revelados, uma vez que, como anteriormente mencionado, as três escolas pesquisadas utilizam o mesmo material didático.

Vale salientar que ao se pesquisar sobre o valor e o tratamento dado por professores de Língua Portuguesa ao trabalho com a variação linguística, o presente trabalho pretende contribuir para a concretização de um ensino de Língua Portuguesa voltado para o desenvolvimento da competência comunicativa do aluno, servindo como base para que outros trabalhos venham a dar continuidade a exploração da temática abordada, tendo em vista que a língua, com as relações sociais que a permeiam, exigem estudos que reflitam sobre a sua complexidade.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUERO, Rosemere de Almeida. **Língua, variação e ensino**. Web-revista Sociodialeto. V. 3. Nº 9, março 2013. Disponível em: <http://www.sociodialeto.com.br/edicoes/14/01042013022110.pdf>. Acesso em: 14.08.13.

BAGNO, Marcos. **A língua de Eulália**: novela sociolinguística. 12. ed. São Paulo: Contexto, 2003.

_____. **Dramática da língua portuguesa**: tradição gramatical, mídia & exclusão social. São Paulo: Loyola, 2000.

_____. **Não é errado falar assim!** Em defesa do português brasileiro. Ilustrações: Miguel Bezerra. São Paulo: Parábola Editorial, 2009. (Educação Linguística, v. 3)

_____. **Preconceito linguístico**: o que é e como se faz. São Paulo: Loyola, 1999.

BELTRÃO, Eliana Lúcia Santos; GORDILHO, Tereza Cristina S. **Diálogo**: língua portuguesa, 6º ano. Ed. Renovada. São Paulo: FTD, 2009. (Coleção Diálogo)

_____. **Diálogo**: língua portuguesa, 7º ano. Ed. Renovada. São Paulo: FTD, 2009. (Coleção Diálogo)

_____. **Diálogo**: língua portuguesa, 8º ano. Ed. Renovada. São Paulo: FTD, 2009. (Coleção Diálogo)

_____. **Diálogo**: língua portuguesa, 9º ano. Ed. Renovada. São Paulo: FTD, 2009. (Coleção Diálogo)

BORTONI-RICARDO, Stella Maris. **Educação em língua materna**: a sociolinguística na sala de aula. 6. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2004. (Linguagem).

BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Ensino Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: língua portuguesa. Brasília: MEC/SEF, 1998.

CALVET, Louis-Jean. **Sociolinguística**: uma introdução crítica. Tradução Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola, 2002.

LEITE, Yonne; CALLOU, Dinah. **Como falam os brasileiros**. 3. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

PARAÍBA, Secretaria de Estado da Educação e Cultura. Coordenadoria de Ensino Médio. **Referenciais Curriculares para o Ensino Médio da Paraíba**: Linguagens, Códigos e suas Tecnologias. João Pessoa: [s.n.], 2006. 296 p. Vol 1.

SANTOS, Janete S. dos. **Letramento, variação linguística e ensino de português.** Linguagem em (Dis) curso, v. 5, n. 1, p. 119-134, jul./dez.2004. Disponível em: <http://www.linguagem.unisul.br/paginas/ensino/pos/linguagem/.../8%20art%206pdf>. Acesso em: 14.08.13.

SOARES, Magda. **Linguagem e escola:** uma perspectiva social. 12. ed. São Paulo: Editora Ática, 1994.

UCHÔA, Carlos Eduardo Falcão. **O ensino da gramática:** caminhos e descaminhos. Rio de Janeiro: Lucena, 2007.

WITTKÉ, Cleide Inês. **Ensino de língua materna:** PCNs, gramática e discurso. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2007.

APÊNDICE

Questionário de Investigação

1. Há quanto tempo você atua como professor (a) de Língua Portuguesa?

2. Qual é a sua concepção de variação linguística?

3. Qual é a importância de se trabalhar a variação linguística em sala de aula?

4. Como se dá esse trabalho?

5. Em sua opinião, por que o ensino de Língua Portuguesa privilegia a norma padrão?

6. Como você age diante da variedade linguística apresentada pelos seus alunos?

7. Como os livros didáticos utilizados na sua escola abordam a variação da língua?

8. Como o preconceito linguístico pode atuar sobre o desenvolvimento do educando?

9. Os educadores devem sempre utilizar um modo de falar formal em sala de aula? Justifique.

10. Como o professor de Língua Portuguesa pode favorecer o desenvolvimento da competência comunicativa do aluno?
